

Panorama Legislativo - Congresso Nacional - ABRIL/2012

02 de maio de 2012

*Victor Zaiden **

Contribuições: Renata Lyra e Tathiana Sales

No mês de abril foram apresentadas 229 proposições¹ na Câmara dos Deputados e 93 no Senado Federal, totalizando 332 nas duas Casas. No que se refere aos temas dessas matérias, foi notória a quantidade relacionada ao setor de Bebidas, Defesa do Consumidor, Energia Elétrica e Fontes Alternativas de Energia, Meio Ambiente, Impostos & Política Econômica, Infraestrutura, Telecomunicações e Relações Trabalhistas.

Com relação aos assuntos que tiveram repercussão no Congresso Nacional, logo no início do mês, o senador Demóstenes Torres foi alvo de denúncias que apontavam relações ilícitas com Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Diante disso, o parlamentar se desvinculou de seu partido, o Democratas (DEM), e desde então vem arquitetando sua defesa. Durante o período, houve intensa mobilização no Congresso Nacional para que fosse instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) - da qual o senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) é o presidente e o deputado Odair Cunha (PT/MG), o relator-, a fim de apurar o envolvimento de agentes públicos e privados com Cachoeira. A criação da Comissão indica um caso complexo e com envolvidos tanto da oposição quanto da base aliada, dentro e fora do Governo.

Quanto aos trabalhos no Senado Federal, foi aprovado o PRS 0072/2010, cujo texto tinha por objetivo diminuir as vantagens competitivas dos produtos importados sobre os nacionais. O Plenário da Casa aprovou o substitutivo da CAE que, a partir de 1º de janeiro de 2013, unificará em 4% as alíquotas interestaduais do ICMS incidentes sobre produtos importados. Apesar de a medida contrariar o interesse dos Estados de Goiás, Santa Catarina e Espírito Santo, o projeto foi promulgado, tendo em vista que, como a definição das alíquotas de ICMS é prerrogativa do Senado Federal, não carece de revisão pela Câmara dos Deputados, tampouco de sanção presidencial.

Além disso, uma matéria importante, recebida para revisão do Senado Federal no início de abril, consiste no PLC 0010/2012 (PL 2330/2011), sobre a Lei Geral da Copa que, atualmente, encontra-se na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Em meio às pressões em torno da aprovação da matéria, o líder do governo na Casa, senador Eduardo Braga (PMDB/AM), anunciou que a presidência deverá pedir regime de urgência para a tramitação do projeto. Caso isso ocorra, a proposição deverá ser votada, na melhor das hipóteses, no início de maio. Diante disso, vale ressaltar que a discussão em relação à venda de bebidas alcoólicas nos estádios poderá voltar a gerar polêmica na Casa, visto que esse foi um dos pontos mais debatidos na Câmara dos Deputados, ensejando a apresentação de grande quantidade de proposições e de pronunciamentos dos parlamentares referentes ao assunto.

Cabe destacar, também, que a comissão de especialistas criada no âmbito do Senado Federal para analisar o pacto federativo, formada por 14 especialistas e presidida pelo ex-ministro do STF, Nelson Jobim, reuniu-se pela primeira vez em abril e anunciou os seguintes temas nos quais será concentrado o trabalho no decorrer dos 60 dias de que dispõe para apresentar sugestões ao Presidente da Casa: critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), sistema do Imposto sobre Circulação

¹ Foram consideradas como proposições: Projeto de Lei (PL e PLS), Projeto de Lei Complementar (PLP), Proposta de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Decreto Legislativo (PDC e PDS) e Projetos de Resolução (PRC e PRS).

de Mercadorias e Serviços (ICMS), critérios de distribuição dos royalties do petróleo, e indexador das dívidas dos estados junto à União.

Importa apontar, ainda, que a Casa aprovou as Medidas Provisórias (MPV) 549/2011 (PLV 0007/2012), que “reduzia a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona” e 551/2011 (PLV 0008/2012), que “dispunha sobre o Fundo de Financiamento à Exportação”. Como já haviam sido apreciadas pela Câmara dos Deputados, as matérias seguiram para sanção presidencial.

No âmbito da Câmara dos Deputados, vale apontar o recebimento, no início do mês, das MPV's 563/2012 e 564/2012 - novas medidas do Plano Brasil Maior, que trata sobre a Política Industrial, Tecnológica, de Serviços e de Comércio Exterior brasileira, lançado em agosto de 2011. As matérias são compostas por um conjunto de ações que pretendem aumentar a competitividade dos produtos brasileiros considerando o atual cenário econômico nacional e internacional. Ademais, em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), já foram instaladas as comissões mistas que analisarão as MPV's.

Por fim, no tocante à votação final do Código Florestal na Câmara dos Deputados, houve mais uma derrota do Governo, pois o parecer apresentado pelo relator, deputado Paulo Piau (PMDB/MG), excluía diversos pontos de interesse do Poder Executivo que foram propostos no Substitutivo resultante da apreciação da matéria no Senado Federal. De todo modo, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e seguiu para sanção presidencial. Contudo, conforme veiculado nos meios de comunicação, especula-se que pontos específicos, contrários aos interesses do Governo, possam ser vetados.

Victor Zaiden cursa Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB). Trabalha na área de Relações Governamentais desde 2011.